

Capitalismo Tardio e Esfera Cultural em Marcuse

PEDRO CLÁUDIO CUNCA BOCAYUVA*

RESUMO

O artigo tenta sintetizar a contribuição de Herbert Marcuse para a crítica da esfera cultural que emerge no processo de formação do capitalismo tardio. O uso crítico da negação e o da visão hegeliano-marxista de Marcuse se combinam com a construção de uma metáfora antropológica sobre o processo social, e constituem uma metodologia capaz de desenvolver uma análise penetrante sobre o fundamento da unidimensionalização da vida através da realização do princípio de realidade como rentabilidade. O capital alcança uma capacidade de constituição de um poder excedentário sobre a administração e organização da vida social, por força da vitória na mudança da relação entre produção e consumo na realização material e cultural de sua pseudo-igualdade.

Palavras-chave: Capitalismo tardio; esfera cultural; acumulação flexível.

ABSTRACT

Late Capitalism and Cultural Sphere in Marcuse

This paper attempts to summarize Herbert Marcuse's contribution to the critical review of the cultural sphere arising from the formative process of late capitalism. Marcuse's critical uses of the dialectical negation and of the Hegelian-Marxist approach combine with the construction of an anthropological metaphor on the social process and establish a methodology

* Diretor da Área de Trabalho e Renda/FASE, doutorando do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

capable of accomplishing a penetrating analysis of the foundation of the onedimensionalization of life through the realization of the principle of reality as profitability. Thus, capital acquires the strength to wield an exceeding power over the administration and organization of social life, by means of the changes in the production/ consumption relation resulting from the establishment of its material and cultural pseudo-equality.

Keywords: Late capitalism; cultural sphere; flexible accumulation.

RÉSUMÉ

Capitalisme Tardif et Sphère Culturelle chez Marcuse

L'article essaye de synthétiser la contribution de Herbert Marcuse pour la critique de la sphère culturelle que découle du procédé de formation du capitalisme tardif. Les usages de la négation et de la vision hégélienne-marxiste de Marcuse sont combinés avec la construction d'une métaphore anthropologique sur le processus social et constituent une méthodologie capable de développer une analyse pénétrante d'uni-dimensionnement de la vie à travers la réalisation du principe de réalité comme rentabilité. Le capital achève la capacité de se constituer pouvoir excédentaire sur l'administration et l'organisation de la vie social, à force de sa victoire dans la mutation de la relation entre production et consommation dans la réalisation matérielle et culturelle de sa pseudoégalité.

Mots-clé: Capitalisme tardif; sphère culturelle; accumulation flexible.

Recebido em 17/6/98.

Aprovado em 28/7/98.

A sociedade modernizada até o estágio do espetacular integrado se caracteriza pela combinação de cinco aspectos principais: a incessante renovação tecnológica, a fusão econômico-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo.

(Guy Debord, 1997)

A densidade clássica de Herbert Marcuse está indissolivelmente ligada à sua extraordinária contemporaneidade como intérprete dos problemas das novas formas de vida baseadas nos mecanismos de produção e reprodução do capital que redefinem a função da cultura nos processos de dominação, integração e controle social. A qualidade de sua reflexão social pode ser observada na força de sua análise acerca da transformação da cultura, no sentido da vida administrada, da ideologia, da prática do “desempenho” e da “rentabilidade”; reflexão social que se origina do uso de sua visão dialético hegeliano-marxista. Isto é, em sua dimensão de pensamento que se manifesta como um desenvolvimento de categorias e do método sistêmico que parte do uso crítico da negação para ultrapassar as contradições engendradas pela modernidade capitalista cindida. Os passos desse processo exigem uma certa força da criação estética. A questão que motiva nossa reflexão é saber se a mais romântica e utópica das leituras críticas das mudanças estruturais das sociedades capitalistas avançadas pode, ao mesmo tempo, encerrar o ponto de partida essencial para a análise dos fenômenos culturais emergentes no pós-guerra.

Consideramos, ao longo deste texto, a obra da maturidade de Herbert Marcuse, *Onedimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society* (1964), traduzido em português como *Ideologia da sociedade industrial* (1967), e de penetrante atualidade. A partir dessa problemática, poderemos refletir sobre os vínculos entre ideologia, cultura, ciência e tecnologia e mecanismos de poder no capitalismo tardio. Pretendemos identificar um conjunto de questões que foram sistematizadas e interpretadas de maneira abrangente no trato da questão da solidez do capitalismo tardio, particularmente da sua versão americanista. E tentaremos apontar significados que recobrem duas dimensões indissolúveis no humanismo radical de Marcuse, a ontológica e a sociológica, que são indispensáveis para compreender as novas formas de opressão combinando uma dominação no plano das relações, objetivas e subjetivas, como uma resultante da superacumulação capitalista.

Pretendemos, também, orientar nossas conclusões para investigações futuras a partir do sentido inaugural da análise de Marcuse acerca da especificidade da ideologia do capitalismo tardio, já que essa se desenvolve no momento mesmo em que se esboçava a primeira onda de crise do tripé fordismo + keynesianismo + *welfare state*. Projetando uma visão de mudança estrutural na esfera cultural que estende seus elos na direção das questões abertas, no momento atual, de crise da superacumulação capitalista. Daí que podemos nos perguntar se a “dessublimação repressiva” e a instrumentalização da cultura como ideologia e prática sociomaterial continuam sendo as chaves para uma transição no sentido de uma acumulação flexível de capital (cf. Harvey, 1992). As transmutações no processo de valorização que se deslocam do material para o virtual e o simbólico parecem acentuar os mecanismos atuais de produção e reprodução do capital com sua ideologia globalista. O pensamento e a prática crítica, acerca da hipótese da transição “pós-moderna”, poderiam incorporar uma visão crítica das mudanças atuais no regime de acumulação construída desde a noção de unidimensionalização cultural da dominação, na hora mesma em que se fala de novos dualismos sociais e espaciais, de esfacelamento e fragmentação desigual sob uma nova divisão internacional do trabalho?

A antropologia e a ontologia, presentes na trajetória política e filosófica de Herbert Marcuse, fazem com que sua obra apareça sempre nos debates das ciências humanas e sociais para ser completamente negada. Podemos observar essa atitude nas obras que levam em consideração as abordagens dos “frankfurtianos”, quase sempre desvalorizando-o quanto à capacidade de interpretar os fenômenos da ideologia, da ciência e da cultura no plano da análise teórica. Herbert Marcuse, o partidário da dialética negativa e crítica de matriz hegeliana, construtor de uma ontologia heideggeriano-marxista e de uma antropologia humanista e naturalista baseada na apropriação otimista da concepção freudiana das pulsões, aparece reduzido para o comum dos cientistas humanos e sociais, e, na imprensa, como o interlocutor utópico-romântico e erudito alemão vinculado aos movimentos libertários e juvenis dos anos sessenta (cf. Palmier, 1968).

Na maior parte das leituras e análises da obra de Marcuse, sua contribuição fica encoberta por uma ética estetizante e por uma moralidade que mina e faz retroceder o método de Karl Marx. A volta aos clássicos, de Schiller a Heidegger, passando por Hegel, se traduz para seus críticos numa ética estetizante e, cruzada com sua antropologia libertária, desemboca numa utopia considerada ingênua, o que desautoriza seu método. Mas o que essas

leituras deixam de lado é a extraordinária densidade teórica e temática de sua obra, a mais acabada e formalizada dentre os autores que fazem parte do universo recoberto pela chamada “Teoria Crítica”. Denominação que recobre as obras de pensadores sociais, filósofos e críticos da cultura, como Max Horkheimer, Theodor Adorno e Walter Benjamin, e que chega aos nossos dias de forma modificada na diversidade dos trabalhos de Jürgen Habermas. Todos esses autores, de certo modo, ligados ao cenário histórico que passa pela Alemanha de Weimar, pelo impacto do genocídio nazista, pela crise do marxismo diante do experimento soviético e o estalinismo; cenário histórico esse que rebate nas modificações estruturais da América do *New Deal* para depois retomar caminhos diferenciados no pós-guerra, caminho que também é recoberto pela denominação de “Escola de Frankfurt” (cf. Bottomore, 1988).

O humanismo radical de Marcuse se constrói sob a perspectiva da ultrapassagem da lógica capitalista de dominação que se incrustou na estrutura objetiva das relações de produção, e na subjetividade dos comportamentos individuais e coletivos, como uma forma de reprodução do “princípio de realidade” como primado do desempenho e da competição. Em *Eros e civilização* (Marcuse, 1981), o princípio de realidade freudiano se apresenta como condição para constituir a individualidade e a sociabilidade face ao “princípio do prazer”, ambos matizados pelas pulsões de vida e de morte que dialetizam o comportamento humano. Daí que, entre as formas repressivas e a sublimação, que transforma os desejos na constituição da vida em sociedade e nas formas da linguagem da arte e da cultura, se desenham as formas histórico-sociais e a interação com o sistema das relações de produção, pois ao desenvolvimento das forças produtivas sociais do capital correspondem elementos de constituição da subjetividade que possuem o mesmo grau de força ordenadora do sistema social.

No complexo sistêmico que estrutura o modo de produção capitalista vai-se impondo o princípio de rendimento como forma atual do princípio de realidade. Dois caminhos se abrem na operação teórica realizada por essa leitura do processo social: o caminho de uma releitura da antropologia freudiana historicizada e relativizada, e o caminho que inverte o esforço da análise freudiana dos processos sociais marcada pela leitura pessimista, reapropriando-se de um manejo politicamente orientado da teoria das pulsões. O sentido libertário e humanista da reflexão de Herbert Marcuse do progresso humano em direção ao conhecimento e à liberdade pela cultura e pela arte abre uma ontogênese do processo de socialização que ultrapassa

a angústia e o “ser para a morte”, de Martin Heidegger (cf. Marcuse, 1968). Ao mesmo tempo, esse sentido libertário e humanista amplia, através da “práxis”, as possibilidades de conciliação do homem por um alargamento e inversão da visão freudiana da relação entre princípio do prazer e construção histórico-cultural, pela sublimação, e finalmente coloca a felicidade como possibilidade.

Esse percurso teórico-crítico da abordagem da dialética marxista, desenvolvida desde o início da década de quarenta em *Razão e revolução* (Marcuse, 1978), se apresenta como base para o pensamento crítico e a perspectiva da liberdade, como ética e estética da emancipação, situando a “práxis” revolucionária como projeto de mudança sociocomportamental dos humanos consigo próprios, em sociedade e com a natureza. A crítica dialética ao efeito de cisão do capitalismo, no plano ontológico e epistemológico, será aplicada para outros objetos e questões nascidos da vida administrada do capitalismo. Porque o modo de produção capitalista, na sua forma tardia, amplia uma racionalidade sobre a proporção aumentada de objetos e desejos criados, onde abundância e escassez são construídas pela irracionalidade do manejo capitalista das forças produtivas engendradas pela tendência ao uso da ciência e da tecnologia e das formas culturais de integração. Processo cimentado pela ideologia do consumo e da reprodução programada como capital, por uma igualdade limitada através do desejo construído e realizado por uma atividade humana reificada.

A “dessublimação repressiva” (cf. Doria, 1974), em que o desejo se traduz na expropriação da fantasia, do pensamento crítico e da arte, e, por fim, na eliminação do potencial revolucionário do conflito de classes. Herbert Marcuse aprofunda sua reflexão política muito além de uma antropologia romântica ao identificar os conflitos sociais modernos. Esses conflitos são marcados pelas tendências inerentes ao industrialismo que resultam na análise crítica do *Marxismo soviético* (Marcuse, 1969), e na reflexão sobre a racionalidade irracional das formas administradas da sociabilidade no capitalismo avançado.

A capacidade de satisfazer as necessidades materiais nas sociedades capitalistas avançadas no pós-guerra, dada pelo avanço das forças produtivas sociais, e a criação permanente de novas necessidades (objetivas e subjetivas) só se sustentam pelo fato de que a utopia negativa do capital parece se realizar na dialética consumo/produção. Os bens desejados parecem ser alcançados pelos indivíduos no capitalismo avançado, como um efeito adicionado pela massificação do consumo de bens padronizados para

as diferentes classes sociais. Processo que decorre da produção massificada e da mesma necessidade de consumo, como objetivação do desejo construído. Ou ainda como “dessublimação”, que se realiza e neutraliza o conflito de classes na “quase-integração” gerada pela possibilidade de aquisição de bens do mesmo tipo. O regime fordista e o americanismo, enquanto modelo social, aparecem como a confirmação da vitória do modo de vida capitalista, que torna-se capaz de produzir esse padrão alienado de igualdade, pois que a estrutura do poder e os mecanismos de dominação vão se transmutando para uma resolução da cisão entre sujeito e objeto através de uma forma de alienação material e ideologicamente realizada.

Mas esse processo não pode se consumir sem uma focalização ativa sobre as formas de dominação, que atingem o padrão de sociabilidade através do manejo adequado das pulsões, sob a forma da consolidação do princípio de rentabilidade e de desempenho, premiado pela forma substituta e alienada da possibilidade do consumo suprimindo a vontade de liberdade, através da ocupação da esfera da cultura num efeito hipertrofiado do fetichismo da mercadoria. Nesse sentido, vemos uma nítida aproximação entre o trabalho de Marcuse e as reflexões sobre a complexidade das formas de dominação que reproduzem os modos de vida social no cotidiano, e que são cimentadas pela opinião e pelo pensamento banalizadores dos modos de existir. No entanto, a percepção abrangente dos mecanismos de socialização embasados no processo ontogenético da sociabilidade capitalista administrada é menos contraditória do que nas reflexões socioespaciais de H. Lefebvre, ou nas reflexões político-culturais de A. Gramsci. Pois, nessa dimensão de análise do poder do cotidiano, Herbert Marcuse está mais próximo das reflexões sobre a adesão da classe operária aos mecanismos sociais produtores dos marxismos revisionistas e da fórmula da “aristocratização”, ou mesmo da adesão desta classe social ao nazismo.

O método de Marcuse na análise social das tendências do capitalismo, na sua fase tardia de reprodução hiper-racionalizada, interage em três planos: 1) entendendo categorialmente o processo social pela ação crítica do pensamento que utiliza a negação dialética; 2) utilizando o aparato da crítica da economia política a partir dos fundamentos presentes nas intuições de Marx nos seus *Grundrisse*; e 3) na perspectiva da crítica ético-estética romantizada e embasada na reconstrução de uma trajetória antropológica centrada numa certa noção de liberdade, que se desdobra através de uma montagem do potencial emancipatório do “princípio de prazer”. Mas que possui suas fontes mais remotas nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de

Marx (1974 [1844]). Nesse último plano, os resultados do uso dos “princípios” são tanto na direção de uma tradução sociológica das implicações críticas da teoria das pulsões, quanto na direção de uma reconstrução da gênese filogenética da humanidade à medida que vai mudando os aspectos da metáfora freudiana da origem da cultura e da vida social, numa reinterpretação da culpa dos filhos em relação à morte do pai.

O princípio de realidade historicamente determinado não tira dos filhos o desejo de reproduzir o lugar do pai, pois sem o mecanismo sempre reproduzido do recalque e da culpa seria difícil manter a produtividade social subordinada e alienada sob a forma de universalização do regime mercantil. Sobre a base dessa “culpa” originária se interpreta o sentido conflitual inerente à sociabilidade da vida social no modo de produção capitalista. E se considerarmos o caráter historicamente determinado dessa forma de organização do gênero humano, podemos compreender as possibilidades de se adotar a perspectiva de sua transitoriedade através do reconhecimento do potencial conflito cultural gerado pela revolta dos oprimidos, que apoiado no pensamento crítico negativo pode abrir as comportas emancipatórias.

Mas como enfrentar esse processo que aniquila e administra o potencial criativo e a dialética emancipatória, como manejar a crise do sujeito histórico da revolução (o proletariado), e ao mesmo tempo enfrentar as contradições engendradas pelo avanço da racionalidade da automação e das formas de realização material do desejo via consumo de massas? Essa ampliação do questionamento de Marcuse se coloca como um elo decisivo para ligarmos os mecanismos de racionalização e a temática da crise dos sujeitos. Por isso, podemos identificá-lo como um dos precursores das análises sobre o colapso do socialismo, sobre a estruturação do poder técnico-científico, e sobre as formas de racionalização e fetichização do conjunto da vida social. Evidentemente que a elaboração teórica e a concepção marcusiana situavam-se no terreno da exigência da revolução social, já que apontavam para a realização de um certo projeto de razão que ultrapassasse a irracionalidade da racionalização contemporânea com sua lógica de sociedade unidimensionalizadora.

A questão da revolução racionalmente posta pela exigência de liberdade enquanto projeto engendrado pelo pensamento crítico, como negação da negação, reabre para trás, na história, uma reapropriação da arte e da busca da beleza como forma crítica, como distanciamento. A relação entre ética e estética se manifesta na sua força política ativando o imaginário utópico que traduz a possibilidade de, através da “fantasia”, repensarmos o projeto

de transformação social a partir da negação das formas dominantes dos modos de vida, e colocando as alternativas de vida como resultado necessário da dimensão metodológica do “distanciamento” que, nascido do potencial positivo e criativo engendrado pela sublimação positiva, se afasta das formas reificadas da consciência submetida. Romper com a condenação ao mimetismo é reabrir as possibilidades de atuar através da transformação do tempo existente, enquanto duração do ciclo e reprodução das formas renovadas da alienação capitalista.

Esse processo de superação não poderia se dar sem um enfrentamento conjuntural através do preenchimento das exigências de um ator portador e sujeito da emancipação. Marcuse seguiu os passos dos intelectuais radicais dos anos sessenta dirigindo-se para o novo protagonismo social dos marginalizados, dos excluídos, das minorias, dos povos do chamado “terceiro mundo”. A idéia de revolução social embasada num processo de consciência social se traduz na busca sempre renovada do sujeito revolucionário, daquele que deveria substituir o proletariado integrado e as forças políticas burocráticas e tecnocráticas. Forças essas que se encontram cimentadas no terreno da racionalização administrada, dentro do Estado, e nas formas de produção e consumo massificadas pelo industrialismo. Ainda mais no contexto da Guerra Fria, quando essas forças da racionalização tardia dos sistemas industriais se congelam no potencial exterminista nuclear como mecanismo de paralisação da dinâmica da história. É por isso que essa dinâmica passa a ser vista como engendrada nas guerras da periferia e nas revoltas dos jovens e dos oprimidos.

Ao lado da dimensão do ator como problema da construção do projeto emancipatório, a dimensão da análise de Marcuse se orienta para uma questão estratégica, que interliga cultura e poder nas formas engendradas pelas forças produtivas sociais nascidas da tendência à automação. A janela aberta para a “dessublimação repressiva” – que gera esse excedente de dominação que dá concretude à ideologia capitalista enfim realizada como consumo de massas – está diretamente ligada ao dinamismo dos desenvolvimentos técnico-científicos na sua dimensão de força produtiva dominante do capital (Habermas, 1987). A análise dialética leva a considerar o sentido contraditório do desenvolvimento científico e tecnológico no que se refere aos fatores de transformação e superação do capitalismo e das formas de dominação racionalizadoras do industrialismo soviético.

Engendradas pela constituição de uma nova centralidade de domínio através dos mecanismos de reprodução da vida social no consumo de massas,

no urbanismo, na programação, gerenciamento e planejamento, e na sociabilidade do modelo cultural do rendimento, as formas de vida fazem com que o capital ocupe a esfera cultural transmutando-a em ideologia ao dar-lhe o formato de produtos e representações ligados ao ciclo de valorização. Essa extensão da lógica do capital ao conjunto das formas de vida esteve ligada ao uso do potencial produtivo que intensifica a apropriação do trabalho pelo capital. Ao mesmo tempo, gera dimensões de tempo livre que se transformam em novos espaços a serem ocupados pela “hiperindustrialização” genérica que atravessa a vida social nas sociedades capitalistas avançadas. O sentido da unidimensionalização se articula com essa possibilidade de extensão e transformação da vida cultural como engendrada pela lógica do capital. Aqui se abre o domínio ampliado que permite a reprodução organizada e tardia do capitalismo, e que produz o padrão de sociabilidade pelo rendimento, objetivando o consumo. Mas aqui também se abre a possibilidade de ser colocada na ordem do dia a questão do uso do potencial de excedente e da dimensão de “tempo livre”, fatores gerados pelo caráter contraditório da exploração dos novos regimes de produção e consumo nascidos do capitalismo avançado e da industrialização.

Assim como o projeto utópico exige a ação negativa do pensamento, e a criação artística exige essa distância das redes objetais existentes, sua realização se relaciona, também, com a transformação da base material ordenada pelo sistema das forças produtivas. Nos termos do Posfácio de 1966 a *Eros e civilização*, a liberdade deve ser gerada pelas contradições nascidas do contexto técnico, próprio da dinâmica da valorização capitalista. Podemos dizer que dessa maneira a dimensão pós-fordista, pós-moderna, ou pós-industrial aparece no coração mesmo da crise do processo que denominamos “superacumulação”. Já que, para Marcuse, “o progresso técnico em si mesmo é uma necessidade para a manutenção da sociedade estabelecida, fomenta necessidades e faculdades que são antagônicas da organização social do trabalho, sobre a qual o sistema está edificado” (“Prefácio político”, *op. cit.*: 21). O que significa que o método crítico define o terreno material sobre o qual se sustenta a percepção das condições necessárias para o processo de mudança.

A fundamentação para a mudança e a busca de uma alternativa de usos para a técnica, e de construção de uma nova ciência, devem explorar as possibilidades abertas por essa contradição. Pois, numa visão que segue os prognósticos de Marx e que parece ser uma manifestação concreta do atual desenho das relações sociais de produção, Marcuse considera que

“no processo de automação, o valor do produto social é determinado em grau cada vez mais diminuto pelo tempo de trabalho necessário para sua produção. Conseqüentemente, a verdadeira necessidade social de mão-de-obra produtiva declina, e o vácuo tem de ser preenchido por atividades improdutivas. Um montante cada vez maior do trabalho efetivamente realizado torna-se supérfluo, indispensável, sem significado. Embora essas atividades possam ser sustentadas e até multiplicadas sob uma administração total, parece existir um teto para seu aumento. Esse teto, ou limite superior, seria atingido quando a mais-valia criada pelo trabalho produtivo deixa de ser suficiente para compensar o trabalho não-produtivo” (*idem*: 21).

Nessa formulação se afirma o sentido da tendência para gerar o trabalho improdutivo e o supérfluo, gerando, de um lado, classes que Marx denominou “parasitárias”, e, de outro, um excedente de mão-de-obra fluida e disponível. Poderíamos dizer, reforçando as tintas, que o capital se “flexibiliza” frente ao trabalho ao mesmo tempo que se condena a crises periódicas de valorização. Poderíamos questionar essa abordagem da crise (de valorização), uma vez que o capital se reestrutura permanentemente, reconstrói o regime de acumulação em bases mais dinâmicas (financeira, tecnológica e organizacional), assim como explora via tecnologias de comunicação e informação. O que nos permite pensar o caráter difuso do trabalho no contexto de transição produtiva atravessado pela “terceira revolução industrial” e pelas tendências transnacionais do movimento do capital. Dessa forma, rompendo as bases da fronteira entre produtivo e improdutivo no contexto do novo paradigma de automação flexível podemos perceber a obra de Marcuse como um referencial de grande valia para trabalharmos os limites e as possibilidades de refluxo e reciclagem das formas capitalistas tardias, tanto no núcleo hegemônico quanto nas suas semiperiferias industrializadas.

Ao aprofundar as questões das mudanças estruturais no capitalismo tardio temos a fenomenologia da crise do referencial clássico do mundo do trabalho, que parece se manifestar conforme a descrição de Marcuse. Trata-se da existência de

“uma progressiva redução de mão-de-obra [que] parece ser inevitável, e o sistema, para fazer face a essa eventualidade, tem de prover à criação de ocupações sem trabalho; tem de desenvolver necessidades que transcendem a economia de mercado e que podem até ser incompatíveis com ele” (*ibidem*: 21).

A espoliação do imaginário como invasão do espaço interno da subjetividade, e racionalização do mundo vital com seus instrumentos e meios, aparece como uma espécie de acumulação primitiva na passagem do moderno para o pós-moderno. Na reflexão marcusiana sobre a unidimensionalização, os conflitos sociais exigem uma lógica de contra-organização que deve se traduzir em projeto. O papel dos intelectuais e dos diferentes tipos de trabalhadores que se encontram organizados para essa administração pode ser redefinido pela radicalidade da exigência da beleza e da felicidade materializada em novas formas de vida. Inúmeros pontos de contato podem ser estabelecidos entre Sartre e Marcuse, não apenas pela sua tentativa de reconstrução da dialética quanto pela sua moralidade traduzida na noção prático-política de projeto, como tradução das exigências do saber crítico cultural e da ação dos intelectuais na construção do sentido transformador como motor da crítica filosófica ao dado, ao ser aí, ao inerte, ao processo de reificação do mundo material e da consciência.

A ontologia do ser social se relaciona com a lógica histórico-situacional, o que força o indivíduo e os grupos sociais em situação para um agir que ultrapasse seus contextos estabelecidos. A desalienação é uma questão crucial que liga esses intelectuais, de diferentes extrações e com diferentes relacionamentos, frente ao legado da tradição dialética e fenomenológica. Entre a ontologia marxista do ser social hegeliano-marxista de G. Lukács, a “filosofia da práxis” de Gramsci, e a “crítica da razão dialética” de Sartre, encontramos muitas pontes. Sendo que, somando os frankfurtianos e sua teoria crítica, podemos considerá-los, grosso modo, como fazendo parte da trajetória que conforma o chamado “marxismo ocidental”. Muito embora essa designação seja utilizada para as correntes da vertente estruturalista francesa e do marxismo analítico anglo-saxônico, onde existe uma ruptura com os elos entre ontologia e epistemologia, aprofundando a ruptura com as tradições de teorias dos sujeitos/consciência da história.

Ao processo de brutal racionalização das questões irracionais da guerra, do manejo do supérfluo, da coisificação do desejo, do excedente de violência objetiva e subjetiva, corresponde uma exigência de organização que deve se traduzir em projetos e vontade política. Esses projetos nascem do que hoje chamaríamos “perspectiva contra-hegemônica”. Já que para liberar o peso da fantasia e do imaginário devemos nos afastar das teias e armadilhas da filosofia analítica e do positivismo, posto que traduzem no plano do pensamento oficial a outra face do senso comum banalizado na estrutura espoliativa da ideologia materialmente realizada. Assim como a retomada da dialética

exige uma superação da máxima hegeliana que estabelece o vínculo entre o real e racional no desenvolvimento, do conceito como expressão idealizada da história que liga o absoluto com a forma estatal da razão burguesa. Porque pela radicalização da dialética o combate filosófico faz parte do esforço de construção objetiva do projeto alternativo à unidimensionalização.

O combate será travado no plano da cultura que virou ideologia. Ideologia essa que se manifesta na materialidade de seus produtos e nas condutas. Ideologia que é desencadeada a partir das formas de reprodução e consumo, e aguçada pela autonomização das estruturas burocráticas, corporativas e administrativas. Ideologia que opera os processos de racionalização da vida social, sintetizados num verdadeiro biopoder, propiciando uma contradição mais profunda com o desenvolvimento da espécie humana. A esfera cultural de Marcuse aparece ampliada em relação à reflexão de Adorno sobre a indústria cultural. Nesse terreno abre-se uma dupla possibilidade crítica: repensarmos o papel da ciência e da tecnologia ao lado da recriação das condições para a atividade criadora no plano da arte, e pensarmos o desenvolvimento de estratégias intersubjetivas mais ou menos conflituais na esfera da autonomia e auto-organização dos sujeitos sociais, ou na dimensão pública relacionada ao processo interativo e comunicacional.

A hipótese de correlacionar esses processos alternativos que convergem na reflexão utópica através dos projetos políticos, com a ruptura e construção de uma nova técnica e uma nova ciência aparecem como fatores permanentes de um projeto político da pós-modernidade. Nas palavras de Fredric Jameson, que em diversos momentos de sua obra refere-se a diferentes aspectos da produção intelectual e política de Herbert Marcuse:

“Quero frisar muito bem a necessidade de reinvenção da visão utópica em qualquer tipo da política contemporânea: essa lição, que Marcuse foi o primeiro a dar, faz parte do legado dos anos 60 que não pode jamais ser esquecido em qualquer reavaliação daquele período e de nossa relação com ele. Por outro lado, é necessário reconhecer que as visões utópicas, em si mesmas, ainda não constituem uma política” (Jameson, 1992).

Em “Periodizando os anos 60”, Jameson (1992) indica a ligação entre a “esfera cultural” de Marcuse e as formulações posteriores que levam à noção habermasiana de “esfera pública”.

Se Marcuse aparece como reinventor do projeto utópico, como animador de uma “revolução cultural”, mesmo que com os limites de uma antropologia romantizada pelo ideal estético da beleza e pelo ideal ético da liberdade, não seria pequena sua contribuição para a reconstrução do sentido entre a evolução social, biológica, política e cultural do gênero humano num patamar de complexidade que envolve a crítica à produção material da ideologia e ao conceito de progresso. O desmonte da cultura do capitalismo tardio como tarefa fundamental do pensamento social é indispensável. Mesmo que seja insuficiente para que possamos nos posicionar diante dos fenômenos que colocam em crise o projeto da modernidade, tanto sob a forma liberal quanto sob a forma socialista, posto que ambas desembocaram nas formas do progresso engendradas pela lógica do desenvolvimento das forças produtivas sociais do capital.

O destaque para os efeitos da revolução técnico-científica do capital na dupla dimensão, a organizacional e a das relações entre produção-consumo, contribuindo para a autonomização da esfera da cultura. Esse efeito de autonomização é radicalizado na pauta das questões ligadas pela nova complexidade do regime emergente de acumulação flexível global. A paternidade de Marcuse no trato dessas temáticas não exclui as acusações de fragilidade no método como faz Galvano Della Volpe (1980). Também não deve excluir as críticas desenvolvidas por Habermas, que considera um risco a visão da técnica como sistema e estrutura de racionalização de poder (“Homem unidimensional”), já que acaba prisioneira da força autonomizadora que pretende criticar. Ao dotar o aparato de produção, controle e administração de uma força racionalizadora e espoliadora, Marcuse acabaria vitimado pelo próprio tecnocratismo que pretendeu denunciar. Radicalizando a observação crítica quanto à análise das tendências observadas, Stephen Eric Bronner, depois de elogiar a vertente ético-estética de Marcuse, insiste na relação reducionista que deriva da “crítica metapsicológica e antropológica da sociedade industrial avançada” (cf. Habermas, 1993; e Bronner, 1997).

A atualidade da crítica marcuseriana ao modelo de desempenho e rentabilidade é, como todas as análises histórico-sociológicas, passível de uma avaliação histórica mais rigorosa, além do que está sujeita aos diferentes processos de verificação próprios ao discurso das ciências sociais. Mas é fato observável na vida social imediata os efeitos de “unidimensionalização” que atravessam a produção do sentido fragmentador e desarticulador da reestruturação ativa do velho tripé fordismo/keynesianismo/*welfare state*. Ou será que atualmente não existem forças de instrumentalização do ima-

ginário social que acentuem o caráter fetichizado do real? Mesmo que hoje essas forças se manifestem sob a forma da “moeda global” e não mais sob a forma da igualdade realizada como consumo regulado, elas unificam as redes e os processos característicos das metamorfoses que articulam a globalização financeira com reestruturação produtiva e automação microeletrônica e padrões de consumo e integração social, com acento mais forte na individualização e numa pretensa desmassificação que legitima a desigualdade e a competição. Para além do caráter desarticulador e difuso, o darwinismo social realizado em nome da flexibilidade sobre os modos de vida, desigualmente distribuído nos diferentes cenários espaciais globais, continentais, nacionais, regionais e locais, não consegue encobrir conexões mais sólidas e animadas por tendências competitivas que podem ser encaradas como uma mudança que só se torna possível com uma vitória ainda mais profunda sobre as forças contra-hegemônicas. A impossível igualdade do capital é transmutada no consumo da desigualdade como forma de resposta à crise continuada da superacumulação, sustentada por uma vitória da unidimensionalização sobre o socialismo real. O americanismo, outro nome desse processo, se torna vitorioso na mesma hora em que seus limites não parecem poder se estender sobre a velha Rússia.

Recobertos pela “soberania da moeda” sob a forma de financeirização dos modos de vida materializados nas redes telemáticas, os processos decisórios sistêmicos permanecem animados por formas ideais típicas que se assemelham ao empobrecimento unidimensionalizador. A desarticulação e a crise do mundo do trabalho, sob as mais variadas formas de precarização e informalidade, continuam em ação na atualidade; ação essa animada pelo modelo de desempenho e rentabilidade. O “*ethos*” competitivo e o individualismo possessivo interagem nas formas de uma crise que modifica o sentido da centralidade econômico-social do trabalho, o que impõe uma sociabilidade ainda mais subordinada e fluida dos indivíduos face ao processo de geração do valor como “trabalho abstrato”. Novas periferias e exclusões se constroem como espaço objetivo e subjetivo nas metrópoles mundializadas, conectadas virtual/telematicamente, e partidas no plano socioespacial local. Provavelmente, uma disputa do imaginário no contexto atual deve partir de uma teoria de fluxos e redes bem menos centralizada e racionalmente administrada, mas nem por isso novos desenhos estratégicos e programados fazem do espaço comunicacional público e das inúmeras autonomias locais elementos menos passíveis de apropriação, para a produtividade e valorização pelo capital financeirizado e mundializado.

Mas o modelo americanista e a realização da utopia negativa do capital, como “fim das ideologias”, guardam ainda uma estreita ligação com as tendências em curso, e portanto servem, ainda, para a formulação do aparato conceitual que sustente os projetos políticos dispostos a recusar a globalização enquanto ideologia. Quando pensamos no caráter unidimensionalizador da reificação das tendências da mundialização, enquanto ideologia da via única da abertura global, novamente a sombra do trabalho seminal de Marcuse deve reanimar o potencial de crítica. O que significa dizer que os estudiosos que buscam caminhos interpretativos e práticos capazes de dar conta da “geopolítica do caos” devem percorrer as linhas fortes da teoria crítica da cultura, para dessa forma promover a ruptura com a base de sustentação material e simbólica do capitalismo tardio constituído como resultado da unidimensionalização da ideologia na sociedade contemporânea.

Referências Bibliográficas

- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.
- DELLA VOLPE, G. Moralismo e utopismo de Marcuse. In: PEREIRA, W.J. (Org.). *Della Volpe: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- DORIA, A.F. *Marcuse, vida e obra*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRONNER, S.E. *Da teoria crítica e seus teóricos*. São Paulo: Editora Papirus, 1997.
- HABERMAS, J. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- . *Teoría y praxis*. México: Rey Editores, 1993.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 1992.
- JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: JAMESON, F. *Pós-modernismo e política*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966.
- . *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.
- . *Materialismo histórico e existência*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1968.

———. *O marxismo soviético*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

———. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

———. *Eros e civilização*. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

MARX, K. e ENGELS, F. Manuscritos econômico-filosóficos. In: GIANNOTTI, J.A. (Org.). *Karl Marx*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1974 [1844], p. 7-54, 413p. (Coleção *Os Pensadores*, XXXV.)

PALMIER, J.-M. *Présentation d'Herbert Marcuse*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1968.